



GT 1. Lutas camponesas e indígenas na América Latina

A luta dos atingidos por barragens no Brasil: o caso dos atingidos pela usina hidrelétrica de Barra Grande*

Atamis Antonio Foschiera**

Origens e discursos de organizações de atingidos por barragens no Brasil

Usinas hidrelétricas (UHE) passaram a ser construídas no Brasil desde o final do século XIX; porém, o questionamento e ações de resistência frente à construção destes empreendimentos se deram, de forma mais incisiva, a partir da segunda metade da década de 70, do século XX. Da aproximação e desenvolvimento de atividades em conjunto desses movimentos, resultou a criação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em 1991.

A Igreja Católica Progressista, influenciada pela Teologia da Libertação, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de suas Pastorais, foi a principal organizadora e formadora de lideranças de atingidos por barragens num primeiro momento, sendo que, no Sul do Brasil e em Rondônia, mais

* O artigo foi elaborado a partir da Tese do autor, defendida na FCT/UNESP, sob orientação do professor Livre Docente Antonio Thomaz Junior, com apoio da CAPES.

** Universidade Federal do Tocantins; Dr. em Geografia. End. eletrônico: atamis68@hotmail.com

especificamente em áreas nas quais se localizavam descendentes de imigrantes alemães (Itaipu [PR], Itapiranga [RS/SC], Foz do Chapecó [RS/SC], Ji-Paraná [RO], etc.), contou com a participação e colaboração de integrantes da Igreja Luterana. Também é importante destacar a participação de professores universitários e outros profissionais identificados com as lutas populares. Neste período, alguns signos de linguagem como “caminhada, povo oprimido e libertação”; o símbolo da cruz; cantos e rituais como missas, procissões e romarias; marcaram as ações dos atingidos, demonstrando a influência da Igreja sobre os mesmos (FOSCHIERA, 2009; GERMANI, 2003; MORAES, 1994; PANDOLFI, 1986).

Posteriormente, por volta da segunda metade da década de 1980, o sindicalismo combativo, muito fruto da influência da Igreja Progressista, passou a ter importância significativa na organização dos atingidos¹. Por intermédio dos sindicatos dos trabalhadores rurais, os atingidos se aproximaram dos trabalhadores urbanos e também da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O Estado, representado por suas empresas do setor elétrico, era o principal inimigo a ser combatido. Entendia-se que o Estado Ditatorial, com seu projeto modernizador, que exigia grande consumo de energia, era o responsável pela construção das grandes UHEs. Além da luta por indenizações ou pela não construção de barragens, a luta por um Estado democrático se fazia presente no objetivo dos movimentos de atingidos por barragens, por isso, formar ou participar do Partido dos Trabalhadores (PT) e concorrer nos sufrágios eleitorais eram ações a serem desempenhadas por lideranças de organizações de atingidos.

Na década de 1990, as organizações dos atingidos, agora agrupadas no MAB, passam a ter grande autonomia, mas sempre contando com apoio da Igreja, CUT, PT e outras forças políticas que apresentavam uma linha de pensamento próxima.

Uma nova dinâmica da organização dos atingidos por barragens vai ocorrer no início de século XXI, devido às mudanças impostas pelo neoliberalismo à economia e à política mundial, com seus efeitos nacionais e, mais especificamente, em relação à política energética brasileira², bem como a diminuição da expectativa de mudanças nas políticas para o setor elétrico no governo Lula. Fazia-se necessário entender os efeitos das mudanças provocadas pela expansão do neoliberalismo e a postura de submissão do governo Lula ao mesmo, como também, traçar novos

1 Scherer-Warrer (2007), destaca que a passagem da maior mediação da Igreja Progressista para o sindicalismo ocorreu de forma paulatina e em diferentes ritmos em cada região.

2 Privatização dos setores de geração e distribuição de energia; divisão dos consumidores entre Cativos e Livres; geração para autoconsumo; redução do papel do Estado no setor; são algumas das características da nova política energética brasileira.

caminhos a serem seguidos pelo Movimento diante desta nova realidade que se colocava.

O entendimento que as lideranças do MAB passaram a ter é que estaria ocorrendo uma apropriação de territórios por parte capital, com apoio do Estado. Ao fazer a análise sobre como o MAB vinha se organizando e atuando, lideranças do Movimento identificaram que sua organização era artesanal e sua atuação estava centrada na questão econômica, não contribuindo para que ocorresse, realmente, transformação social, no máximo, reformas sociais que poderiam ser perdidas a qualquer momento.

Para fazer frente à nova expansão do capitalismo, o MAB assumiu uma posição antissistêmica, aproximando-se e participando de organizações como a Via Campesina e a Consulta Popular. A atuação das lideranças deveria extrapolar a questão econômica, inserindo discussões políticas e novos debates teóricos. Nesse sentido, o setor de educação passou a ser mais valorizado.

Construir um novo Movimento, esse é um dos objetivos que o MAB vem tentando colocar em prática nesta última década, causando muitos debates e conflitos internos e externos, aproximando-se de outros movimentos sociais, ampliando seu discurso e ação junto aos trabalhadores urbanos.

A usina hidrelétrica de Barra Grande

A usina hidrelétrica de Barra Grande está situada no Rio Pelotas³, entre os municípios de Pinhal da Serra, no Rio Grande do Sul e Anita Garibaldi, em Santa Catarina, com potência instalada de 690 MW. O reservatório ocupou uma área de 77,3 km² e atingiu os municípios de Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo, Capão Alto e Lages, no estado de SC, e de Pinhal da Serra, Esmeralda, Vacaria e Bom Jesus, no RS. A obra é de propriedade do Consórcio BAESA – Energética Barra Grande S.A., que é formado por: Barra Grande S.A., Alcoa Alumínio, DME Energética Ltda., Camargo Corrêa Cimentos S.A. e CBA (do grupo Votorantim).

Os estudos de EIA/RIMA se realizaram nos anos de 1997/1998, sendo a Licença Prévia (LP) concedida em 1999 e a Licença de Instalação (LI) em 2001. Em 2003, com a barragem praticamente pronta, quando a empresa pediu autorização para supressão da vegetação, percebeu-se que haviam sido omitidos do EIA/RIMA 5.636 ha de florestas primárias e 2.686

³ O rio Pelotas faz seu curso no sentido leste/oeste e separa os estados do RS e SC, até o momento em que se encontra com o rio Canoas, que se localiza no estado de SC, e, juntos, formam o rio Uruguai.

ha com vegetação secundária. Depois de assinar um termo de Compromisso junto com IBAMA, Advocacia Geral da União, Ministério Público Federal, MMA e MME, o empreendedor obteve a Licença de Operação, em 2005 (PAIM e ORTIZ, 2006).

Segundo dados do EIA/RIMA, o empreendimento atingiria 823 famílias e 709 propriedades, mas o impacto ambiental seria pequeno, porque o lago não saíria da caixa do rio (EIA/RIMA, 1998).

A organização dos atingidos pela barragem de Barra Grande

Na área de abrangência direta do empreendimento, destaca-se a presença de imigrantes alemães, italianos e caboclos - descendentes de escravos -, o que eleva a quantidade de famílias sem título de propriedade de terras⁴. Nela predominavam pequenas propriedades rurais, que se utilizavam intensamente da força de trabalho humano, pois as condições topográficas dificultavam a mecanização agrícola e os produtos mais cultivados eram feijão, milho, mandioca, batata, e verduras, existindo, também, a criação de galinhas, porcos e gado, em pequena quantidade.

A maioria dos atingidos sabia da possibilidade da construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande, sendo que alguns deles estiveram ligados à Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), nos anos de 1980, que fazia resistência à construção de barragens na bacia hidrográfica do rio Uruguai. No final dos anos de 1990, o rumor da construção da hidrelétrica se faz presente novamente, quando se iniciam os estudos de EIA/RIMA e, posteriormente, a realização das audiências públicas sobre a construção da UHE de Barra Grande.

O discurso utilizado pelos empreendedores da UHE sobre desenvolvimento, progresso, exploração do turismo e geração de empregos, utilizado em todas as barragens, mostrou-se eficiente, e recebeu apoio de prefeitos, vereadores, comerciantes e outros empreendedores locais, e até mesmo de atingidos, o que fez surgir, na região, um grupo local pró-barragem.

Em janeiro de 2001, ocorreu no município de Anita Garibaldi, um Ato Público promovido pelas empresas que tinham obtido a licitação e pelos prefeitos dos municípios atingidos, com o objetivo de apresentar formalmente a obra e de tranquilizar as pessoas, dizendo que todos os danos seriam reparados, destacando-se os compromissos sociais e ambientais da

4 A regulamentação fundiária passou a ser relevante pela implantação de projetos de colonização na região, que atraiu migrantes de origem italiana e alemã; sendo que muitas famílias de caboclos que residiam ali, anteriormente, encontravam-se na situação de ocupantes, e assim continuaram, mesmo depois destas políticas.

empreendedora. Buscando diminuir o “espírito festivo” do Ato, atingidos pela barragem de Machadinho, que já estava concluída, juntamente com um grupo de atingidos locais, ao terem acesso à palavra relataram uma série de pontos que envolviam os atingidos, como preço de energia para os mesmos, indenizações de professores e comerciantes, direito a reassentamento etc., e chamando a atenção, particularmente, para o descompromisso histórico dos construtores de barragens com os atingidos e com a questão ambiental. O discurso dos empreendedores pareceu ser mais convincente, conforme destaca uma liderança do MAB/Nacional, que na época era liderança local:

“Neste momento, parte da população ainda tinha uma esperança de que os problemas se resolveriam através de conversas com a empresa, que era só esperar que a mesma acertaria tudo de forma muito tranquila. Também foi criada uma comissão ligada à empresa e a políticos locais, da qual atingidos faziam parte, com a finalidade de coordenar o processo de indenização e, que, num primeiro momento, era legitimada pela comunidade em geral”.

Com o apoio do MAB Nacional, algumas das antigas lideranças locais, surgidas quando ainda existia a CRAB, e outros atingidos⁵, passaram a reorganizar o movimento na região⁶. Esta organização do MAB se dará quando já havia começado a construção da barragem, não ocorrendo um debate de maior expressão sobre a possibilidade de se impedir a construção da obra.

O não repasse de informações claras sobre o processo de indenização, já que ninguém parecia saber com clareza como e nem quando seriam feitas as indenizações e nem quais eram os critérios utilizados, deixava muitos atingidos inquietos, levando-os a se aproximarem do MAB, que foi, rapidamente, se fortificando. Este clima de incerteza contribuiu para que, em outubro de 2001, ocorresse a ocupação do canteiro de obras por três dias pelos atingidos, que reivindicavam uma definição da empresa sobre o tratamento a ser dado aos atingidos. A desocupação se deu quando diretores da empresa se comprometeram a apresentar um projeto de reassentamento.

Em março de 2002, ainda não estavam definidos os critérios de indenização dos atingidos, o que levou a uma nova ação por parte dos mesmos, que montaram um acampamento nas proximidades da barragem para pressionar as ações da empresa referente ao trato com a população; e nele permaneceram por 12 dias. Nesta nova investida dos atingidos, o policiamento foi acionado, ocorrendo alguns confrontos com os ocupantes. A.L.D. (liderança local) destaca que, para além dos debates nos grupos de

⁵ É importante destacar que algumas lideranças que se formaram nesta barragem fizeram cursos técnicos em escolas dos movimentos sociais.

⁶ J.L. (liderança local do MAB) diz que, no início, eram poucos os que participavam das reuniões e, desses, vários não queriam assinar as Atas, com medo de sofrerem retaliações.

base, a cada manifestação pública ocorrida, tornava-se mais nítida a necessidade de organização junto ao Movimento; isso fortalecia o espírito coletivo de luta, pois uma série de informações parecia surgir apenas nestes momentos.

Com o esfacelamento da Comissão ligada à empresa e a legitimação do MAB perante a comunidade atingida, o empreendedor se viu obrigado a negociar com o Movimento. Em outubro de 2002, assinou-se um primeiro documento entre BAESA e MAB, no qual se estabeleciam as primeiras diretrizes que deveriam ser levadas em conta no processo de indenização, dentre as quais: a) direito a reassentamento rural coletivo; b) formação de uma equipe paritária para analisar os casos de indenização negados pela empresa, formada por integrantes do MAB e BAESA; c) as indenizações seriam reavaliadas a cada seis meses, por intermédio de uma pesquisa de preço para serem reajustadas.

No ano de 2003, iniciou-se o processo de indenização, no qual as famílias atingidas podiam optar por pagamento em dinheiro, reassentamento rural coletivo⁷ ou carta de crédito individual. As indenizações em carta de crédito se tornavam mais baratas para a empresa e isolava as famílias, o que dificultava que muitas participassem do movimento; já o reassentamento rural coletivo tinha um custo maior e facilitava a ação coletiva dos atingidos⁸. Ocorreram também minirreassentamentos com poucas famílias, o que desobrigava a empresa de construir infraestrutura comunitária como igreja, salão de esportes, escola etc., que, por pressão do MAB, acabaram não mais sendo realizados.

O MAB contribuiu na estruturação dos reassentamentos rurais coletivos e acompanhou as demais formas de indenização. Na construção de alguns reassentamentos rurais coletivos, os próprios atingidos se organizaram em associações e negociaram junto à empreendedora para serem responsáveis por construir determinada quantidade da infraestrutura, o que acabava significando a possibilidade de terem construções de tamanho maior e de melhor qualidade.

O tamanho do lote no reassentamento dependia da força de trabalho familiar, sendo que idosos e crianças tinham valor de metade de um adulto. Já o tamanho da casa dependia do número de filhos e do sexo dos mesmos, pois se houvesse dois filhos que fossem um casal, seria construído um quarto a mais do que se fossem ambos os filhos do mesmo sexo, pois poderiam dormir no mesmo quarto.

7 A grande maioria dos reassentamentos rurais coletivos foram implantados nos próprios municípios nos quais os atingidos residiam, ou em municípios próximos.

8 Segundo A.L.D. (liderança local), funcionários da BAESA tentavam convencer os atingidos de que o assentamento rural coletivo, defendido pelo MAB, significava que as terras seriam da coletividade, sobre as quais os indivíduos não teriam poder de decisão, criando um mal estar entre os mesmos.

Ao mesmo tempo em que o processo de indenização significava um alívio para muitas famílias, que viam garantidos seus direitos, para outros significava um processo de exclusão, ou por não serem inseridos entre os indenizados, ou por entenderem que a indenização não representava o valor merecido, ou, ainda, por não se adaptaram ao novo local para onde haviam se transferido. Este sentimento de exclusão levava ao fortalecimento do MAB, que organizava novos enfrentamentos com a BAESA, trancando o acesso ao canteiro de obras, ou de ações isoladas de grupos de atingidos, que impediam levantamentos topográficos entre outros, fatos que forçavam novas negociações e possibilitaram novas conquistas dos atingidos.

No final de 2003, descobriu-se que a empresa responsável pelo EIA/RIMA havia omitido a presença de mais de 8.000 ha de floresta primária ou em fase avançada de regeneração, com grande quantidade de araucárias, o que poderia ser motivo para impedir a construção da barragem. As denúncias do MAB e ONGs ambientais não eram levadas em considerações, e não ganharam muita visibilidade regional. O principal jornal catarinense – *Diário Catarinense* -, publicou muitos artigos sobre a UHE de Barra Grande nos dias que se seguiram à denúncia e, em nenhum deles citou o caso das araucárias que seriam encobertas pelo enchimento do reservatório. Posteriormente, esta questão foi tratada pelos meios de comunicação com abrangência nacional e internacional (MAGGI, RAMOS E ROSSATO, 2007).

Este tema dinamizou um debate iniciado pelo MAB e ONGs ambientais, que montaram acampamentos nas áreas a serem desmatadas; entretanto, não conseguiram impedir a derrubada da vegetação. Em setembro de 2004, por meio de um acordo entre BAESA, Advocacia Geral da União (AGU), IBAMA, MME e Ministério Público Federal (MPF), foi assinado um Termo de Compromisso, objetivando dar continuidade ao processo de licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Barra Grande, bem como o estabelecimento de diretrizes gerais para a elaboração do Termo de Referência para a Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos, localizados na Bacia do Rio Uruguai. Com a assinatura deste documento era liberada a Licença de Supressão da Vegetação que se encontrava na área a ser inundada pelo reservatório⁹. Em contrapartida, a empresa assumia o compromisso de realizar várias ações, como medidas mitigadoras e compensatórias do impacto ambiental causado, dentre as quais podemos destacar:

Adquirir e transferir ao IBAMA área de terras num total aproximado de 5.740 ha, com características próprias de fitofisionomia de floresta ombrófila mista (floresta de araucária), necessariamente constituída por

⁹ Com a liberação da Licença de Supressão da Vegetação as pessoas passaram a fazer piada do fato com o dito "O Crime Compensa".

vegetação primária e secundária em estágio médio e avançado de regeneração. Essa aquisição está limitada a R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais)¹⁰.

Com a autorização para o desmatamento obtida pela empresa, o MAB passou a questionar qual o destino a ser dado para as araucárias e outras árvores que seriam derrubadas. A realização de um novo acampamento nas proximidades do canteiro de obras, que perdurou por dois meses e que gerou vários momentos de tensão com a polícia, levou a um novo acordo entre atingidos e empreendedora, quando, entre outras coisas, foram asseguradas: que a madeira seria utilizada para a construção de casas populares para famílias de baixa renda (estimava-se 600 casas); que novas famílias seriam incluídas no rol das com direito à indenização; a contribuição da BAESA, de seis milhões de reais, para projetos populares, como forma de contribuir para o desenvolvimento regional; o aumento nas verbas de manutenção pagas para as famílias atingidas; e que ocorreria uma nova discussão das condições e forma de garantir a assistência técnica às famílias atingidas. Diante do acordo, o MAB se comprometeria a não realizar atividades que implicassem o atraso do cronograma de execução da obra.¹¹

O acordo assinado representava ganhos significativos para os atingidos, porém a execução do mesmo pela BAESA seguia a passos lentos, o que levou à ocupação do escritório da BAESA pelos atingidos, no município de Anita Garibaldi, em 2005. Esse fato foi violentamente reprimido pela polícia, o que provocou uma verdadeira “guerra campal” nas ruas da cidade. Isso repercutiu na mídia nacional, pois vários canais de televisão estavam acompanhando o desfecho da situação. Naquele local, além da violência explícita, que foi televisionada, ocorreu, também, a violência que não foi televisionada, como conta uma das lideranças ao descrever o que aconteceu com ele:

o policial me pegou e me deu uma coronhada nas costa e me jogou contra mais três policial que daí tava no caminhão [inaudível] tinha uma lona por cima do caminhão. Os policial me levaram lá e me bateram muito. É... me bateram só na parte... [riso], dolorida mais. Eu fiquei, daí... desmaiei, desmaiei. Daí um outro policial, um cara me falou que veio e bateu na coluna de novo, que a coluna, eu tenho um caroço na coluna por causa daquilo, [inaudível] tipo uma hérnia que saiu assim, um negócio estranho. Então... ele... uma coisa que marcou muito, apanhei muito da polícia aquele dia e a polícia queria me prender, né, daí saiu na internet que eu tava sendo procurado, daí tive que sair fugido fiquei três dias fugido sem poder urinar, daí depois que foi caçada a liminar que era minha prisão, fui pro

10 Termo de Compromisso entre BAESA e Instituições Públicas, assinada em 15 de setembro de 2004.

11 Ata da reunião realizada na sede do Ministério Público Federal de Florianópolis em 22 de dezembro de 2004.

hospital daí [inaudível] fiquei uns três dia de [inaudível] eu tava assim a barriga, os quarto, tudo roxo, tava tudo, tava quase... [inaudível], mas não podia sair do hospital achando que... eu tava com medo de ser preso.¹²

Nessa ocupação, algumas lideranças foram presas e, outras, tiveram mandados de prisão promulgados, porém, conseguiram se esconder até que os mesmos fossem cassados.

Esta mobilização vem reafirmar o que parece ser comum no convívio entre construtores da barragem e atingidos, qual seja, a necessidade de se fazer uma manifestação para se conseguir a garantia de alguns direitos e, depois, a necessidade de se realizar outras manifestações para que, pelo menos, parte destas conquistas seja executada, gerando um clima de tensão no local. Seguindo esta lógica, em fevereiro de 2007, os atingidos por barragens ocuparam uma serraria no município de Anita Garibaldi/SC para denunciar que a madeira, que deveria ser utilizada para a construção de casas populares, estava sendo vendida, formalizando a denúncia junto ao Ministério Público de Lages (SC).

A atuação do MAB continua presente na área, seja organizando os reassentamentos, seja na formação de lideranças dentro da nova matriz discursiva, baseado no debate do preço da energia, na aproximação com organizações de trabalhadores urbanos, na construção da Via Campesina e Consulta popular.

Considerações Finais

A construção de UHEs tem causado sérios problemas às famílias atingidas. A organização de atingidos por barragens tem feito frente à política do setor elétrico desde meados dos anos de 1970. A Igreja Progressista foi a grande articuladora das organizações de atingidos e, posteriormente, é o sindicalismo combativo que passa a fornecer as matrizes discursivas. Garantir indenizações justas, fazer frente ao governo ditatorial e fazer a transformação social pela via eleitoral foram as principais metas dos movimentos de atingidos até no final do século XX. Neste início de século, com o descrédito de que o governo de Lula fizesse profundas mudanças na política do setor elétrico, que seguia orientações neoliberais, o MAB se reestrutura, sendo a Via Campesina e a Consulta Popular instituições orientadoras das matrizes discursivas.

O discurso desenvolvimentista, fomentado pelos empreendedores da UHE, conseguiu agregar uma força política favorável a sua construção. Isso

¹² Em função da natureza dos fatos relatados, optamos por preservar o nome do entrevistado.

ficou visível na participação de atingidos na comissão organizada pelo empreendedor para gerenciar as indenizações.

A falta de definições claras nas indenizações e o entendimento de que as indenizações propostas não representavam os anseios dos atingidos contribuíram para a fortificação do MAB. O Movimento fortalecido deu um maior poder de negociação aos atingidos, possibilitando organizar ações públicas de enfrentamento quando entendiam que eram necessárias. Muitas das ações de enfrentamento tiveram que ser duplicadas, sendo uma vez para garantir indenizações e outra para que fossem executadas.

As ações dos atingidos pela UHE de Barra Grande se concentraram no debate econômico, sendo as indenizações o centro das discussões. Isto é compreensível, pois na própria organização nacional os debates sobre a reestruturação do movimento estavam em estágio inicial.

Bibliografia

- FOSCHIERA, Atamis Antonio. *Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2009
- GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador: EDUFBA:ULBRA, 2003.
- MAGGI, Leonardo Bauer, RAMOS, Luciana e ROSSATO, Alexania. UHE de Barra Grande: a serviço da sociedade ou da acumulação do capital? In: *II Encontro Nacional de Ciências Sociais e Barragens e I Encuentro Latinoamericano Ciências Sociales y Represas*. Salvador: 2007. CD-ROM.
- MORAES, Maria Stela Marcondes. *No rastro das águas: pedagogia do Movimento dos Atingidos por Barragens da bacia do rio Uruguai (RS/SC) – 1978/1990*. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1994.
- PAIN, Elizangela Saldatelli e ORTIZ, Lúcia Schild. *Hidrelétricas na bacia do rio Uruguai: guias para ONGs e movimentos sociais*. Porto Alegre: Núcleos Amigos da Terra/Brasil, 2006.
- PANDOLFI, Maria Lia Corrêa de Araújo. *Na margem da lagoa: um estudo sobre o sindicalismo rural*. Dissertação de Mestrado. PIMES/UFPE, 1986.
- SCHERER-WARREN, Ilse e REIS, Maria José. Do local ao global: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e sua articulação em redes. *II Encontro Nacional de Ciências Sociais e Barragens e I Encuentro Latinoamericano Ciências Sociales y Represas*. Salvador: 2007. CD-ROM.